



## Ministro rebate conselheiros e culpa PT por caos em presídios

O Ministério da Justiça respondeu à carta dos sete ex-conselheiros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) [que se demitiram nesta quarta-feira](#) (25/1) por discordarem das políticas adotadas pela pasta na questão carcerária.

No texto enviado ao ministro Alexandre de Moraes, o grupo reclama de excessiva interferência do governo nos trabalhos do órgão e de ter seus relatórios ignorados pela cúpula da pasta em nome de uma política que consideram retrógrada para o setor.

Sobre a interferência excessiva, o Ministério da Justiça explica que a lei que criou o colegiado prevê sua formação com 13 membros titulares e que uma portaria ministerial determina que sejam escolhidos cinco suplentes — atualmente são 13, devido à nova portaria da pasta.

Em relação aos relatórios, o ministro da Justiça ressalta que não é de hoje que o conselho é ignorado quando fala sobre indulto. Segundo ele, isso é resultado das propostas que “nem sequer eram plausíveis de pronta aplicação prática”. “Com sorte, o indulto tinha algum resultado concreto um ou dois anos depois.”

Moraes cita ainda que o conselho “tem papel relevante no enfrentamento da situação e, agora, poderá aperfeiçoar sua contribuição, não apenas no diagnóstico da situação, mas, também, com medidas efetivas e corretivas”. O grupo, no entanto, já propõe soluções, que são publicadas a cada cinco anos.

Também criticado pela crise penitenciária, Moraes rebate as acusações dizendo que a situação caótica começou há décadas e joga a maior parte da culpa sobre os governos petistas que o antecederam — Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2015) —, afirmando que os problemas se acentuaram “nos últimos 14 anos”.

Diz ainda que, quanto ao Fundo Penitenciário Nacional, o Funpen, não houve utilização dos seus recursos “para fins diversos do seu desiderato”. Em dezembro, porém, foi editada a [MP 755/2016](#), que permite o uso do dinheiro do fundo para atividades de caráter policial, como “políticas de redução da criminalidade” e “inteligência policial”, que não têm ligação com o sistema carcerário. [Procuradores pediram](#) ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que conteste a MP no Supremo Tribunal Federal.

Em meio à troca de farpas, o ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo ainda arrumou espaço para elogiar o decreto de indulto editado por ele em 2016: “Por outro lado, o último indulto (já na atual gestão) separa o joio do trigo: concede o benefício àqueles que cometeram crimes sem violência ou grave ameaça e dificulta-o àqueles que cometeram crimes com violência ou grave ameaça”.

### Apoio a Moraes

Os integrantes remanescentes do CNPCP assinaram nota conjunta reforçando o apoio do grupo às políticas do Ministério da Justiça e criticando a ação dos dissidentes, classificando-a de política. Sobre o Plano Nacional de Segurança, os apoiadores de Moraes destacam o modelo de gestão de política



penitenciária e de segurança pública, além do rigor do decreto de indulto de 2016.

"Ao contrário do que consta da carta de renúncia apresentada, a tentativa de politização deste importante Conselho como resultado do inconformismo com os novos rumos pelos quais o país vem se orientando foi a tônica em manifestações e iniciativas do grupo dissidente, o que se nota por diversas notas publicadas na imprensa e tentativas de articular manifestações e moções de repúdio às ações anunciadas pelo Ministro da Justiça", afirmam Aldovandro Fragoso, Modesto Chaves, André Luiz de Almeida e Cunha, Fernando Pastorelo Kfourri, Roberto Teixeira Pinto Porto e Ulysses de Oliveira Gonçalves Júnior.

### **Lei a nota do Ministério da Justiça:**

*O Ministério da Justiça e Cidadania agradece, e muito, o trabalho realizado pelos sete membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que pediram desligamento nesta data.*

*O Conselho é órgão clássico de assessoramento do Ministro de Estado da Justiça e Cidadania. Não é órgão de Governo, mas de Estado. A Lei prevê seja composto por treze membros titulares. Portaria ministerial previa cinco suplentes. Portaria mais recente corrige a situação, passando a prever treze suplentes para equalizar com o quantitativo legal de membros titulares.*

*O Conselho passará, ao natural, por renovação, o que proporcionará melhor compreensão do dramático cenário herdado. O descabro penitenciário não é de hoje, não tem oito meses, mas décadas. Claro, sobretudo, foi acentuado nos últimos 14 anos. O Conselho tem papel relevante no enfrentamento da situação e, agora, poderá aperfeiçoar sua contribuição, não apenas no diagnóstico da situação, mas, também, com medidas efetivas e corretivas.*

*Por exemplo, o Conselho há anos é ignorado em matéria de indulto, sobretudo porque suas proposições nem sequer eram plausíveis de pronta aplicação prática. Com sorte, o indulto tinha algum resultado concreto um ou dois anos depois. Por outro lado, o último indulto (já na atual gestão) separa o joio do trigo: concede o benefício àqueles que cometeram crimes sem violência ou grave ameaça e dificulta-o àqueles que cometeram crimes com violência ou grave ameaça.*

*Quanto ao Fundo Penitenciário Nacional, não houve utilização dos seus recursos "para fins diversos do seu desiderato". Em verdade, o que houve – e há muito não havia – foi o uso efetivo do Fundo para enfrentamento do drama penitenciário. O Fundo vinha sendo alvo de sistemáticos contingenciamentos. O Supremo Tribunal Federal proibiu a prática, mas essa determinação foi ignorada por meses. Finalmente, a decisão foi cumprida pela atual gestão. O Ministério da Justiça e Cidadania repassou aos Estados o inédito e expressivo montante de R\$ 1,2 bilhão para construção e equipagem de presídios. Portanto, houve uso efetivo do Fundo (e rigorosamente dentro do respectivo escopo).*

*A sociedade brasileira deseja o efetivo enfrentamento da criminalidade, bem assim reclama que se coloque termo ao sentimento de impunidade. Esses são objetivos centrais do Plano Nacional de Segurança Pública. O Ministério da Justiça e Cidadania não medirá esforços*



*para – em conjunto com os órgãos do Poder Executivo, bem assim em harmônica articulação com os entes da Federação e com a população brasileira – realizar esses objetivos dentro de rigorosas constitucionalidade e legalidade das políticas públicas pertinentes”.*

### **Leia a nota dos conselheiros que apoiam o Ministério da Justiça:**

*Os integrantes do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, abaixo assinados, vêm reiterar a plena confiança no trabalho que vem sendo realizado pelo Ministro da Justiça e lamentar a renúncia de sete membros comunicada hoje por meio da imprensa.*

*Expressam seu apoio ao Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, ao Plano Nacional de Segurança, que pela primeira vez se mostra como um modelo de gestão de política penitenciária e de segurança pública, bem como à formulação do decreto de indulto de 2016, que trouxe maior rigor no tratamento dos presos perigosos e autores de crimes graves, enquanto tratou de forma pioneira a possibilidade de indulto aos casos de tráfico privilegiado e, pela primeira vez, consignou expressamente a necessidade de encaminhamento ao sistema de saúde dos beneficiados que estivessem cumprindo medida de segurança.*

*Ao contrário do que consta da carta de renúncia apresentada, a tentativa de politização deste importante Conselho como resultado do inconformismo com os novos rumos pelos quais o país vem se orientando foi a tônica em manifestações e iniciativas do grupo dissidente, o que se nota por diversas notas publicadas na imprensa e tentativas de articular manifestações e moções de repúdio às ações anunciadas pelo Ministro da Justiça.*

*A formação de dissidências e de visões discrepantes é natural de um conselho plural e sempre foi respeitada pelo Ministério da Justiça. A correção da composição do Conselho, longe de representar tentativa de ingerência no funcionamento do colegiado ou de sua partidarização veio a ampliar seu campo de atuação e a corrigir distorções na sua formação (13 titulares contavam com apenas 5 suplentes). A adoção de política criminal mais rigorosa, ao contrário da leniente tendência que se concretizara nos últimos anos foi a gota d’água para que parte dos integrantes renunciasse a seus mandatos.*

*A partidarização da questão não veio do Ministério da Justiça. O Conselho representa um órgão técnico e está muito longe de se constituir em “último reduto” de insatisfação com a nova orientação político-institucional que vem sendo adotada, conforme nota publicada no Painel da Folha de S. Paulo em 22/12/2016.*



*Continuaremos lutando no CNPCP pela formulação de uma política criminal séria e que apresente firme resposta àqueles que cometerem crimes graves, enquanto privilegie a aplicação de alternativas penais e invista em políticas de desencarceramento para os criminosos que não representem risco à ordem e à segurança pública".*

*\*Texto modificado às 21h10 do dia 25/1/2017 para acréscimo de informações.*

**Date Created**

25/01/2017